

GOVERNO LULA

Contra a crise choque de gestão



POLÍTICA CAMBIAL
País fica mais
vulnerável?

BANCO CENTRAL
Depec: em busca
do Brasil real

ENTREVISTA/Francisco Simeão
A defesa da jornada
de 6 horas



Venha fazer parte desta grande família!

■ **Mais de 5.000 associados** efetivos vinculados ao Banco, sendo **45% aposentados**.

- Somados freqüentadores e conveniados superamos o marco de **7.000 famílias**.
- São **14 clubes e colônias**, sendo 5 próprios.
- Investimentos nos últimos 3 anos superaram **R\$ 1,2 milhões**.
- Sede administrativa própria em Brasília.

A ASBAC - Associação dos Servidores do Banco Central foi constituída no Rio de Janeiro, sob os auspícios do Banco, em 4 de janeiro de 1966 e hoje, suas dez representações formam a **FENASBAC**, que desenvolve programas nacionais e administra diversos imóveis próprios e do BACEN, constituindo-se em um **grande clube de serviços e lazer**.

Conheça nossos produtos

PGAFI - Programa Geral de Assistência Financeira *empréstimo de curto prazo*

O associado ASBAC pode adquirir um empréstimo de curto prazo, para pagamento em até 9 meses, com taxas equivalentes às menores obtidas no mercado. Facilidade de acesso via Internet e em breve com novas opções. Atualmente são mais de R\$ 2 milhões em empréstimos nas mãos dos associados.

as menores taxas

Seguro de Vida em Grupo e Vida Master *melhor custo/benefício*

Nossas apólices cobrem hoje mais de 6.000 vidas, com o melhor custo/benefício do mercado e a garantia FENASBAC. Nos últimos 3 anos foram pagos mais de R\$ 5 milhões em indenizações. Hoje o capital segurado supera R\$ 340 milhões, sendo R\$ 13 milhões do "VIDA MASTER" destinado a pessoas de 65 até 80 anos, produto de alto custo e difícil obtenção no mercado, mas que, com a parceria da ICATU-HARTFORD Seguros, conseguimos operacionalizar.

garantia FENASBAC

Consórcio FENASBAC: é Bem Garantido! *automóveis e eletroeletrônicos*

Sempre uma ótima forma de poupança, nossos grupos de consórcios de automóveis e eletroeletrônicos têm a garantia de quem opera sob a estreita vigilância do Banco Central, exclusivamente para seus associados.

Benefícios:

- Sem taxa de adesão; *5.000 veículos entregues*
- Taxa de administração, pelo menos 50% menor que as do mercado;
- Apenas 1% de fundo de reserva; *3.600 eletroeletrônicos*
- Sem vinculações com revendas;
- Reposições de cotas garantidas; *Novos grupos em agosto*
- Inadimplência praticamente inexistente.

Foram entregues mais de 8.000 bens entre automóveis e eletroeletrônicos nestes últimos anos. Estamos operando 5 grupos de automóveis e 4 de eletroeletrônicos, estando outros dois em formação com previsão de início para agosto próximo, sendo o de veículos variável de R\$ 20.000,00 à R\$ 37.000,00 dependendo do referencial escolhido, com prestações de R\$ 440,00 até R\$ 840,00 em 50 meses.

Pecúlio-Morte *despesas funerárias*

Os associados ASBAC têm, sem nenhum ônus, cobertura financeira de R\$ 2.000,00 para despesas funerárias. Nos últimos três anos foram mais de R\$ 150 mil em pecúlios pagos pela Federação com recursos próprios. Mesmo singelo, representa um ombro amigo numa hora difícil.



Maiores Informações:

FENASBAC - Federação Nacional de Associações de Servidores do Banco Central

Fone (61) 33231055 • Fax (61) 32268189 • SBS • Quadra 2 • Bloco A • Ed. Casa de São Paulo
7º andar • CEP 70078-900 • Brasília/DF • www.fenasbac.com.br

Combater a corrupção, um dever de todos

A Carta do Conselho normalmente apresenta e resume as matérias da revista, convidando o leitor à sua leitura. As matérias da presente edição seguramente merecem ser apreciadas, mas não serão comentadas aqui. Usaremos este espaço privilegiado para tratar de assunto mais urgente e relevante: a crise política que paralisa o país.

Nós, servidores do Banco Central, como toda a sociedade, fomos atropelados pela avalanche de denúncias que transformaram o ambiente político em um verdadeiro mar de lama.

Estarrecidos e envergonhados, temos acompanhado tudo como cidadãos e, sobretudo, como servidores de uma instituição que tem papel fundamental na fiscalização bancária e no combate aos crimes contra o sistema financeiro nacional, assuntos tão relevantes na atual crise.

Se, por um lado, avançamos nos últimos anos em ambas as questões, por outro, vemos que há muito a fazer para evitar que o sistema financeiro ampare o financiamento irregular de campanhas eleitorais, a cor-

rupção, o crime organizado e o desvio de recursos públicos.

Cientes da importância do Banco Central na proteção ao patrimônio público e no processo de moralização das práticas políticas do país, o **Sinal**, legítimo representante dos servidores da instituição, continuará a implementar suas ações na busca de um Banco Central mais eficaz na luta pelo resgate da moralidade e na defesa do interesse público. Vale lembrar que temos atendido, sistematicamente, aos pedidos de apoio e suporte a investigações de denúncias, que são demandados do Poder Legislativo.

O país sairá fortalecido da crise se todos fizerem a sua parte no sentido de aperfeiçoar as instituições. Nós faremos a nossa, usando de todos os meios disponíveis, entre os quais esta revista. A presente edição apenas resvala em alguns reflexos da crise, mas as próximas seguramente trarão matérias elucidativas e propositivas no que respeita ao nosso foco de ação: o BC, o sistema financeiro nacional e a sociedade brasileira. **S**



“Acuso o recebimento e agradeço a gentileza da remessa do exemplar da edição nº 13 da revista **Por Sinal** e felicito essa entidade pela qualidade da publicação.”

Maurício Azedo
Presidente da ABI

“Ao cumprimentá-los, tenho a satisfação de agradecer o recebimento da revista **Por Sinal**, gentilmente enviada por esse importante Sindicato.”

Ruben Becler
Reitor da Ulbra

“No fim desse semestre, iniciei em sala de aula uma experiência com a utilização de artigos e matérias para discussão dos mais variados temas, e uma das fontes pesquisadas foi a revista **Por Sinal**. Na intenção de continuar colhendo os resultados positivos, solicito-lhes o envio periódico de suas publicações.”

Luís Cláudio Silva
Chefe do DADM/UFRR

“No momento em que acusamos o recebimento da revista **Por Sinal** nº 13 desse Sindicato e parabenizamos pelo excelente trabalho realizado, aproveitamos a oportunidade para solicitar a alteração do nome do presidente da AIAMU para Jorge Manuel Fonseca de Melo Almeida.”

Milena Melo
Administração

“Gostaríamos de registrar o recebimento do exemplar da revista **Por Sinal**, publicada pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central. Na oportunidade, aproveitamos para cumprimentá-los pela publicação e manifestar nossos agradecimentos.”

Nelson Boeira
Reitor da UERGS

EXPEDIENTE ANO 3 NÚMERO 13 ABRIL 2005

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Daro Marcos Piffer, David Falcão, Gustavo Diefenthaeler, João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro, Orlando Bordallo Junior, Patrícia Cesário de Faria Alvim, Paulo de Tarso Galarça Calovi, Paulo Roberto Silva de Moraes e Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SRTVS Quadra 701 - Conjunto L Loja 60 - Térreo

Ed. Assis Chateaubriant – Cep 70.340-906 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Jefferson Guedes e Paulo Vasconcellos

Fotos: Divulgação

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

Governo Lula Contra a crise, choque de gestão	Página 6
Unacon Gastos com servidor estão caindo	Página 10
Artigo André Moreira Cunha A natureza da inflação brasileira	Página 12
Política cambial País fica mais vulnerável?	Página 14
Artigo Emir Sader América Latina: democracia em perigo?	Página 19
Entrevista Francisco Simeão/ "No mundo moderno, não se justifica uma jornada de trabalho superior a 6 horas"	Página 20
Comissão de Assuntos Econômicos Sinal debate no Senado autonomia do BC	Página 24
Artigo Lafayette Josué Peter/ O BC e a proteção dos consumidores de serviços bancários	Página 26
Banco Central Em busca do Brasil real	Página 28
Informe Especial Abrapp Fundos: governança cooperativa	Página 30

Choque de gestão, “o remédio” para a crise

GOVERNO REAGE ÀS PRESSÕES DA OPOSIÇÃO E DO EMPRESARIADO, LANÇA PACOTE PARA “REDUZIR DESPERDÍCIO” E PREPARA O TERRENO PARA APERTO FISCAL AINDA MAIOR

JEFFERSON GUEDES OLIVEIRA

O lobby para a redução dos gastos do governo (leia-se projetos sociais e despesas com pessoal) produz os primeiros resultados. Fragilizado pelas denúncias de corrupção, Lula anuncia “choque de gestão” para reduzir desperdício de recursos e aumentar a eficiência da máquina. Em pauta, um pacote que mexe com o funcionamento de setores essenciais da administração federal. Mas que deixa muitas dúvidas em relação a seus resultados.

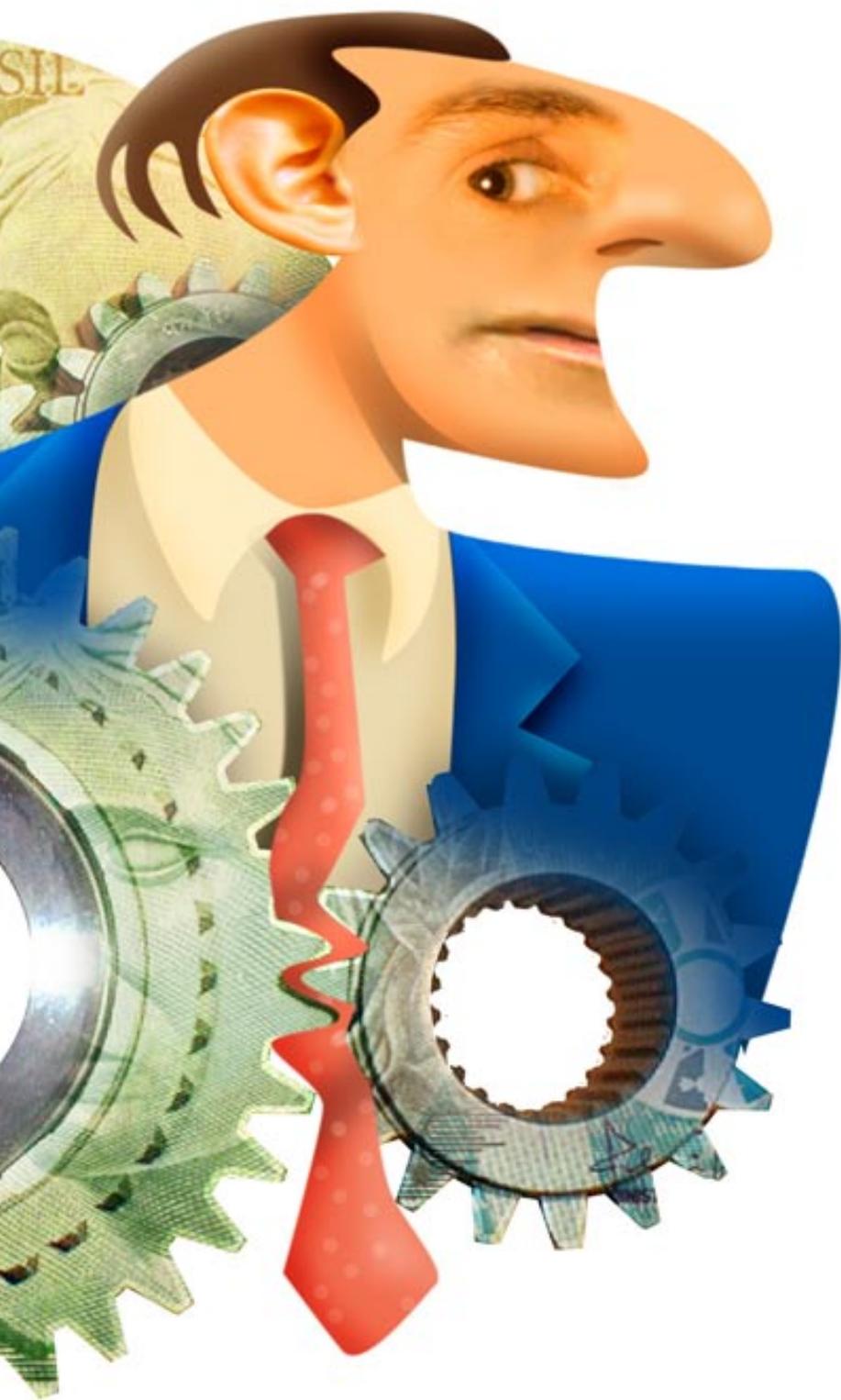
A criação da “Super-Receita”, fruto da fusão entre a Receita Federal e a Secretaria de Receita Previdenciária, é a iniciativa de maior impacto fiscal. Afinal, o novo órgão vai gerenciar uma arrecadação anual superior a R\$ 400 bilhões. O choque de gestão, contudo, não se limita ao cofre. A adoção de novos critérios para preenchimento de cargos de confiança, por exemplo, produz dois efeitos. Ao restringir a livre nomeação, o Planalto

reduz, supostamente, a barganha por cargos (veja box). Com isso, passa à sociedade o recado de que não é refém do aparelhamento político. Já a obrigatoriedade de licitações públicas por meio de pregão também tem endereço certo. Além de aumentar a transparência e reduzir custos, o pregão serve para descolar o Executivo das acusações de tráfico de influência. Pelo menos em tese.

Pacto de governabilidade

O governo, que tinha a reeleição do presidente Lula como favas contadas, tenta corrigir o rumo. Este é o significado político do choque de gestão. Por um lado, o Planalto se prepara para uma verdadeira reengenharia dos recursos públicos – de olho em





2006. Por outro, tenta se refazer para não desmoronar antes da campanha eleitoral. Nesse cenário complicadíssimo, líderes do governo e da oposição vêm conversando, informalmente, sobre os desdobramentos da crise. Os dois lados tentam responder à única pergunta que importa no momento atual: como termina tudo isso? Mesmo que Lula permaneça até o fim do seu governo, sua sobrevivência política dependerá dos acordos que conseguir costurar.

Setores da oposição já pensam numa espécie de pacto de governabilidade. Em nome desse pacto, uma versão piorada do choque de gestão pode estar a caminho. O objetivo é nobre, como sempre: reduzir a taxa de juros que sufoca o país. Argumentam os empresários que o Brasil precisa investir mais em infra-estrutura e ser mais competitivo. Mas como se consegue abaixar os juros e elevar o investimento em infra-estrutura? Ora, com a velha receita: produzindo um aperto ainda maior nas contas públicas. O que, traduzindo em bom português, significa aumento do superávit primário.

Assim que eclodiu a crise política, os jornais começaram a abrir espaços para os empresários criticarem as contas do governo, como, por exemplo, os R\$ 66 bilhões que o Orçamen-

to da União destina para a Saúde e a Educação. Alegando que esses dois setores oferecem serviços precários à população – algo que ninguém discorda –, o empresariado sugere que seria melhor gastar menos, mas com mais “qualificação”.

No entanto, os dirigentes empresariais silenciam em relação ao destino que o Tesouro dá aos recursos economizados para o superávit primário. Em 2004, por exemplo, 77,1% do superávit não foram utilizados para abater a dívida pública. É uma cifra impressionante: mais de R\$ 40 bilhões que o governo não usou para pagamento de juros, encargos ou mesmo para amortizar a dívida. A consequência do descaso da política econômica é o aumento da dívida pública e, portanto, da vulnerabilidade político-econômica do Brasil face aos grandes credores, sejam internacionais, sejam empresários brasileiros (ver tabela ao lado).

Déficit zero, o 2º round

A segunda parte do choque de gestão atende pelo nome de déficit nominal zero. A proposta foi apresentada ao presidente Lula pelo ex-ministro e deputado federal Delfim Netto (PP-SP). Em termos práticos, e no caso brasileiro, o déficit nominal representa a diferença entre a despesa líquida de juros e o superávit primário. Para que essa diferença seja nula, o setor público teria de gerar um superávit igual à conta de juros. Em 2004, o superávit do setor público foi de R\$ 81,1 bilhões e a

DINHEIRO ESTERILIZADO						
Exercício	Utilização do Superávit do governo federal. Tributos e Outros Recursos Fiscais			Superávit, exceto estatais	Recursos do superávit OCIOSOS	% Superávit NÃO utilizado com a dívida
	Juros e encargos	Amortizações	Soma			
1999	4.748,8	2.496,4	7.245,2	25.053,7	17.808,5	71,1
2000	0,5	8.865,9	8.866,4	21.821,0	12.954,6	59,4
2001	1.378,8	15.454,8	16.833,6	21.979,8	5.146,1	23,4
2002	3.373,5	11.590,2	14.963,7	31.919,0	16.955,3	53,1
2003	331,0	11.018,4	11.349,4	38.744,0	27.394,6	70,7
2004	2.972,0	9.011,4	11.983,4	52.385,2	40.401,8	77,1
SOMA	12.804,6	58.437,1	71.241,7	191.902,7	120.660,9	62,9

*Fonte: SIAFI
Elaboração: Gabinete do deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG)*

A tabela acima mostra que apenas uma parcela do superávit primário é usada para pagar os juros da dívida pública. Na prática, os credores não querem dinheiro na sua mão e sim mais títulos públicos, porque só os títulos rendem juros. Então, o Tesouro credita ao Banco Central o dinheiro do superávit, e o BC credita mais títulos públicos aos detentores dos juros.

Com isso, o dinheiro do superávit – fruto do imposto arrecadado de toda a população – fica esterilizado no Banco Central. A justificativa? Constituir o “colchão de liquidez”. Este colchão, que faz parte da Conta-Única do Tesouro Nacional, diminuiria a vulnerabilidade do Tesouro diante do mercado. Sem ele, diz o governo, o Tesouro teria de se sujeitar a taxas mais altas para poder rolar a dívida.

Essa argumentação só faria algum sentido se, de fato, o governo decidisse traçar uma política consistente para redução dos juros. Como isso não acontece, o tal colchão serve apenas para enxugar dinheiro do mercado, com benefícios bastante duvidosos para a sociedade. A análise é do gabinete do deputado Sérgio Miranda.

conta de juros, R\$ 128,2 bilhões. A necessidade de financiamento do setor público, o déficit nominal propriamente dito, foi de R\$ 47,1 bilhões. Zerar este déficit impõe, segundo a lógica delfiniana, a obrigação de ampliar sensivelmente o superávit primário.

Como conseguir isso? À custa de menos saúde, menos educação e mais desemprego. Não, isso não é discurso de palanque. A proposta

de Delfim Netto é muito clara neste sentido: uma emenda constitucional instituiria o aumento da desvinculação das receitas orçamentárias, hoje em 20%, para 40%. Com isso, o governo poderia desviar mais recursos da área social e ampliar o superávit primário.

É um quadro assustador. Que está sendo pintado lentamente, enquanto o governo luta pela própria sobrevivência.

Fisiologismo compromete eficiência da máquina pública

O Planalto vem sendo acusado de promover a barganha fisiológica de cargos e o aparelhamento político da máquina. Para provar à sociedade que não abandonou seu patrimônio ético, Lula editou um decreto com novas regras para o preenchimento dos cargos de confiança. Daqui para a frente, apenas 30% desses cargos poderão ser ocupados por funcionários sem concurso.

É uma medida profilática, sem dúvida. Mas, em termos práticos, a iniciativa não tem efeito algum. Atualmente, o governo tem a sua disposição 21.197 cargos de confiança, conhecidos como DAS (Direção de Assessoramento Superior). Reservando 30% deste total para a livre nomeação de funcionários, o Executivo poderá empregar 6.939 profissionais que não são servidores de carreira.

Ocorre que, segundo o Boletim Estatístico de Pessoal, o governo emprega, atualmente, 5.314 funcionários sem vínculo com o serviço de público. Ou seja, um número inferior àquele estabelecido pelo decreto como limite para a livre nomeação. Nesse caso, o “choque de gestão” acaba legitimando a contratação de mais apadrinhados políticos.

Críticas às terceirizações

A discussão sobre a maior ou menor eficiência na máquina federal vai muito além do empreguismo. Segundo o presidente do TCU, Adilson Motta, nunca houve uma tentativa de se profissionalizar a burocracia no Brasil, exceto em alguns núcleos de excelência, como as carreiras típicas de Estado.

A terceirização é um dos efeitos visíveis dessa falta de profissionalismo. Atento ao problema, o TCU vem pressionando o governo para acelerar a saída dos prestadores de serviço. A preocupação do TCU é com as cifras envolvidas na terceirização. Em 2004, elas atingiram o montante de R\$ 7,3 bilhões, cerca de 26% superior às de 2003. No Relatório do TCU sobre as Contas do Governo em 2004, o modelo de terceirização utilizado pela administração pública foi duramente criticado. Motivo: está em desconformidade com o que preceitua o Decreto nº. 2.271/1997. Este decreto estabelece, no seu artigo 1º, que não poderão ser objeto de terceirização as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade.

Segundo o analista de controle externo do TCU, Aécio Dantas,

isso significa que não pode haver funcionário terceirizado nas atividades-fim de órgão público. O Departamento do Meio Circulante, por exemplo, desempenha funções vitais para o BC. Atender à demanda da sociedade por cédulas e moedas é uma delas. Portanto, os funcionários que desempenham este tipo de atividade específica da instituição não podem, segundo o TCU, ser terceirizados.

Mas, afinal, por que o governo Lula, que sempre se disse um adversário do Estado mínimo, precisa ser alvo da pressão do TCU? De acordo com o Tribunal, a falta de norma consolidada que regule critérios precisos de terceirização é o nó do problema. Existem serviços, como os de consultoria técnica e jurídica, que nem sempre se enquadram nas categorias funcionais de um órgão. Nesses casos, a terceirização corre solta. Com uma agravante: o gasto com os prestadores não entra nos limites de gasto com pessoal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é um facilitador para o administrador público fugir da regra constitucional do concurso público, sem infringir a LRF.

Várias medidas se tornam necessárias para corrigir essas distorções e iniciar uma efetiva profissionalização da máquina. Em primeiro lugar, a consolidação de critérios para a terceirização, definindo, por força de lei, as situações em que ela for realmente imprescindível. Em segundo lugar, o Executivo e o funcionalismo precisam elaborar um diagnóstico mais preciso das carreiras e das necessidades do serviço público. Não faz sentido, por exemplo, que o simples aumento do número de ministérios – de 26, em 2002, para 33, em 2003 – leve o governo a expandir em 52% os gastos com pessoal terceirizado.

O primeiro passo, segundo o TCU, é forçar o governo a elaborar um amplo e detalhado cronograma de substituição de terceirizados. As áreas e os prazos em que serão feitas essas trocas serão definidos conjuntamente pelo Executivo, o TCU e o Ministério Público do Trabalho. Ao que tudo indica, a proposta de Orçamento que o Executivo vai enviar ao Congresso em agosto deverá incorporar um substancial aumento do número de concursos em 2006.

A pressão do Tribunal de Contas, porém, já produziu alguns resultados. Em 2005, o BC e outros órgãos da administração pública federal obtiveram autorização para realizar parte dos concursos públicos solicitados. No caso do BC, serão preenchidos 290 postos de trabalho.

Gastos com servidor estão caindo

DESpesas com pessoal, em proporção do PIB, estão em patamares inferiores aos de 2002

A Unacon (União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle) é um sindicato singular. Ele representa os servidores que controlam e fiscalizam todos os atos que geram despesas ou obrigações para o Executivo. Seus dirigentes conhecem, como poucos, a lógica que o governo utiliza na elaboração do Orçamento da União. Justamente por isso, o presidente da Unacon, Fernando Antunes, vem propondo outras alternativas para as campanhas salariais do funcionalismo. O "x" da questão, segundo o sindicalista, é compreender a relação entre despesas de pessoal e o PIB.

"O governo federal está usando um mecanismo de acompanhamento das despesas públicas como proporção do PIB", explica o presidente da Unacon. "Em relação aos gastos de pessoal, o governo vem mantendo uma sistemática de controle em 5% do PIB".

Esse é o jogo. E já que é assim, é preciso ousar. Isso significa, segundo Antunes, que os servidores devem lutar pelo aumento dos gastos com pessoal tendo o PIB como referencial. E nessa luta precisam envolver a sociedade, principal interessada no assunto, pois cabe a ela definir o tamanho do Estado que o Brasil necessita. Sem esse debate, como garantir a todos os cidadãos que as despesas públicas serão executadas de um modo socialmente justo?

Antunes defende esta linha de raciocínio há pelo menos dois anos. Encontrou resistências. Tanto no governo quanto na Bancada Sindical, que reúne as 18 entidades que integram a Mesa Nacional de Negociação Permanente. O governo argumenta, por meio da Secretaria de Recursos Humanos, que as despesas com pessoal não param de crescer. O **gráfico I**, abaixo, ilustra esta posição:

À primeira vista, o gráfico traduz uma evolução significativa dos gastos de pessoal. Mas um estudo da Secretaria do Tesouro Nacional (www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/sobre_pessoal.pdf), divulgado em maio, revela que estes gastos se estabilizaram em 5% do PIB. Na página 2 desse trabalho, isso fica evidente:

"De fato, nos últimos cinco anos, a despesa com pessoal dos três poderes da União, incluindo ativos e inativos, civis e militares tem oscilado em torno de 5% do PIB."

Na mesma página, a Secretaria do Tesouro reconhece o achatamento do salário dos servidores:

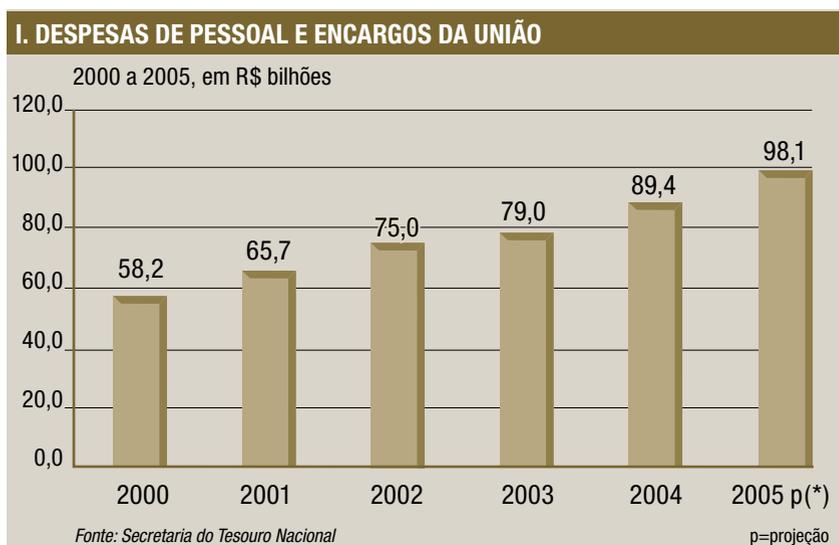
"(...) há uma clara quebra de tendência a partir de 2002, com a estabilização do gasto como proporção do PIB em 2003, 2004 e 2005 em patamares inferiores àqueles de 2002."

O **gráfico II**, publicado no mesmo trabalho, explicita esta tendência.

Comparando os dois gráficos, fica fácil constatar que os R\$ 98 bilhões deste ano, como proporção do PIB, representam menos que os R\$ 75 bilhões de 2002.

A guinada dos sindicalistas

Na mesma época em que o Tesouro divulgou seu estudo, a Bancada Sindical (da qual fazem parte o Sinal e a Unacon) tomou uma decisão inédita. Os dirigentes concluíram que é preciso intervir na elaboração do Orçamento para garantir o reajuste do



servidor do próximo exercício.

Até então, os sindicalistas aguardavam a votação do Orçamento, em dezembro, para começar a campanha salarial. Mas, ao abrir as negociações com o governo, no início do ano, a Bancada ouviu o mesmo discurso: “não há verbas”. O motivo? O Orçamento aprovado pelo Congresso, que não reservou dotações para o servidor. Em 2003, essa conversa fazia algum sentido, pois Lula herdou quase que inteiramente o Orçamento elaborado por FHC. Nos anos seguintes, não. Ainda assim, a Secretaria de Recursos Humanos continua usando a mesma cantilena.

Diante disso, tornou-se necessário adotar uma nova estratégia que forçasse o governo a mudar o discurso (pelo menos). Para desenhá-la, a Bancada Sindical passou a atuar com mais presença no Congresso. Era preciso entender qual a margem de manobra que deputados e senadores têm quando se trata de despesas com pessoal.

Duas conclusões vieram à tona a partir do trabalho no Congresso. A primeira: os parlamentares não alteram o montante das

despesas de pessoal previsto na proposta de Orçamento, que, por força de lei, deve ser encaminhada pelo governo ao Congresso até 31 de agosto e votada até 31 de dezembro. No entanto, a proposta do Executivo reflete, obrigatoriamente, as linhas definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cuja votação se dá até 30 de junho. Isso conduziu os sindicalistas à segunda conclusão: é necessário inserir uma emenda na LDO que obrigue o governo a reservar recursos, na proposta de Orçamento, para o reajuste do servidor.

O desafio, a seguir, era escolher um parâmetro para o reajuste. Ele seria aplicável à revisão geral, que abrange todos os servidores, e às alterações dos planos de carreira. Algumas entidades, como a Condsef, queriam a inflação como indicador. Fernando Antunes, da Unacon, defendeu a variação do PIB nominal, que inclui a inflação passada e o crescimento da economia. Já o Unafisco entende que o parâmetro ideal é a variação da receita corrente líquida.

Depois de várias reuniões, a Bancada Sindical resolveu apresentar duas emendas.

Uma com o PIB nominal, outra com a receita corrente líquida. O PIB nominal assegura ao servidor um reajuste de 9,24% em 2006, de acordo com as projeções. Já a receita corrente líquida deve crescer cerca de 18%. Em princípio, seria o indicador mais vantajoso para o funcionalismo. Politicamente, contudo, o PIB é o mais viável, pois já serve para balizar o aumento do salário mínimo.

Emendas rejeitadas

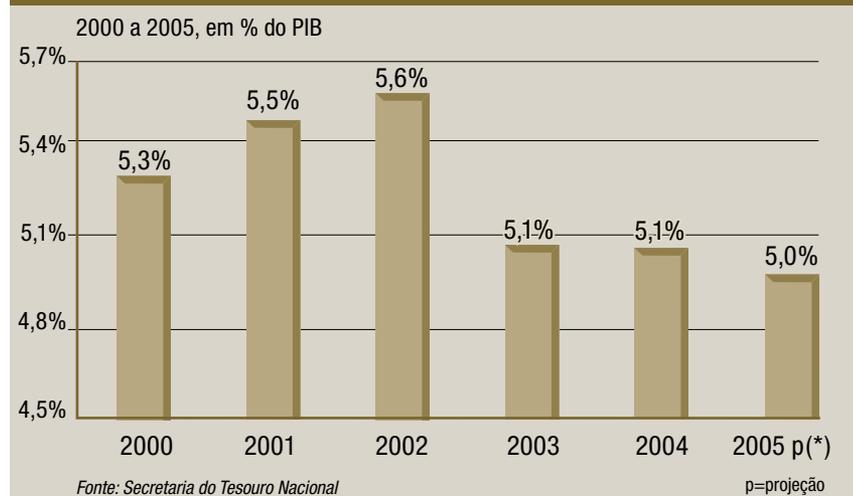
A partir daí, a batalha seria convencer o relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), a aceitar uma das duas emendas. Os deputados Fátima Bezerra (PT-RN) e Wasny de Roure (PT-DF) intermediaram os encontros da Bancada Sindical com Machado. Apesar da relação cordial, o relator jamais afirmou aos dirigentes que poderia aceitar as emendas.

Enquanto a Bancada buscava avançar no Congresso, o relator da LDO negociava seu substitutivo com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. De concreto, Machado acertou com o ministro uma única conquista para o servidor. Em 2006, o Orçamento deverá discriminar dotação específica para revisão geral e outra para os planos de carreira.

Nos anos anteriores, esta separação não existia. Isso complicava ainda mais o diálogo com o governo. O problema é que Machado, além de rejeitar as emendas, não definiu parâmetro para o reajuste do servidor. O Executivo pode aplicar o índice que bem entender. Inclusive o famigerado 0,1%.

Até o fechamento desta revista, a LDO não havia sido apreciada pelo Congresso. A crise política adiou a votação da matéria para o início de agosto. 

II. DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS DA UNIÃO



A natureza da inflação brasileira

O Brasil conviveu por muitos anos com a inflação alta. Os mecanismos de indexação, criados para garantir o valor real dos tributos e viabilizar a criação de um mercado de dívida pública, foram sendo incorporados nos mais diversos contratos privados. Tal desenvolvimento preservou a moeda nacional como padrão de referência para os preços e a acumulação de capital, ao contrário de outras economias periféricas nas quais a riqueza buscava abrigo em ativos denominados moedas estrangeiras, normalmente o dólar norte-americano. Todavia, a indexação cristalizou um comportamento cada vez mais especulativo no cálculo dos formadores de preço. Isso foi ficando evidente na década de 80, após os sucessivos pacotes “heterodoxos”. A inflação havia saído do controle. Os dois choques do petróleo, nos anos 70, e o aumento nos juros norte-americanos levaram a uma mudança importante nos preços relativos, o que afetou fortemente as economias importadoras de petróleo e que haviam se endividado em meio a um ciclo de abundante liquidez. No Brasil, a crise da dívida externa desorganizou as finanças públicas e criou um impasse monetário que durou mais de uma década.

O Plano Real resgatou o espírito da proposta original de Pêrsio Arida e André Lara Resende, e que fora discutida no período que antecedeu ao primeiro plano de estabilização com elementos não convencionais, o Cruzado (1986). Sem surpresas, com o anúncio de esforço fiscal maior e, principalmente, com níveis mais robustos nas reservas internacionais, foi introduzido um superindexador, a URV, que ajudaria a economia a recuperar a noção de preços relativos. Com um valor estável, porque atrelado à variação do dólar, ganhou confiabilidade. A reforma monetária que introduziu a nova moeda, o real, se deu sem maiores traumas. Por algum tempo, o país voltou a conviver com uma inflação anual de um dígito.



Efeitos colaterais

Porém, ao se olhar o desempenho da economia brasileira desde então, emergem algumas questões perturbadoras. O fim da inflação alta – que veio acompanhada do aprofundamento das reformas liberalizantes – não reconduziu o país a uma trajetória de crescimento sustentável. Ademais, a média do IPCA desde 1995 situa-se na casa dos 9% ao ano, bem acima da inflação mundial. Sua variabilidade tem refletido os impactos da volatilidade cambial em uma economia que está mais aberta, comercial e financeiramente, e da manutenção da indexação, formal ou informal, de preços-chave. As políticas de combate à inflação têm afetado negativamente tanto a dívida pública quanto o crescimento econômico.

Na primeira fase do Plano Real, a âncora cambial ajudou a domar a inflação, mas contribuiu para o aumento significativo dos passivos externo e fiscal. Os déficits em transações correntes, que no período 1995-2002 so-



“O desafio que se coloca passa por compatibilizar uma política desejável de estabilidade de preços com um objetivo, hierarquicamente superior, de resgate do desenvolvimento.”

valorização cambial permitiu uma correção positiva nos fluxos de pagamentos externos. Porém contribuiu para a aceleração inflacionária, potencializada pela indexação herdada e dos contratos de privatização.

Hoje está presente no Brasil uma velha tensão entre crescimento e controle da inflação. Em uma economia que nas duas décadas vem crescendo menos do que a média mundial, e cujos investimentos estão em níveis historicamente baixos, qualquer impulso mais significativo de demanda tende a abrir espaço para que o conflito distributivo renasça na forma de aumentos de preços e, conseqüentemente, na busca de recomposição dos salários. Estes, no acumulado, estão perdendo para a inflação desde 1997. Diante desse quadro, é compreensível que a Autoridade Monetária não resista à tentação de enfrentar a inflação contendo a demanda. Mesmo em momentos em que os choques de oferta e a indexação são mais relevantes, como tem sido o caso recente.

maram cerca de US\$ 200 bilhões, foram financiados pela venda de ativos domésticos e o aumento do endividamento. Com juros reais médios superiores a 10% ao ano, a dívida mobiliária cresceu de forma exponencial. Na fase dois, a partir de 1999, foi se consolidando um novo tripé na condução da política macroeconômica com a adoção do regime de câmbio flutuante, do sistema de metas de inflação e da política de superávits primários elevados. A des-

O resgate do crescimento

Sem a pretensão de querer resolver em poucas linhas tal aparente inequação, há que se pontuar que o problema da inflação no Brasil não pode ser encarado como um fenômeno isolado da crise de desenvolvimento em que estamos submersos. Diante dela, tende-se a rebaixar a própria expectativa da sociedade em torno de nossas possibilidades. É por isso mesmo que um crescimento próximo a 3% ao ano pode ser oferecido ao público em geral como um resultado favorável e adequado à manutenção de uma inflação de 5% ao ano. O desafio que se coloca passa por compatibilizar uma política desejável de estabilidade de preços com um objetivo, hierarquicamente superior, de resgate do desenvolvimento.

Em minha opinião, tal intento passaria por uma estratégia macroeconômica que, entre outras coisas, priorizasse: (1) a redução da volatilidade cambial o que, dependendo das condições de liquidez exogenamente determinadas, passaria pela reposição de mecanismos de gestão dos fluxos financeiros capazes de reduzir os impactos potencialmente desestabilizadores das decisões privadas de investimento; (2) a redução significativa da taxa de juros real, quando da emergência de conjunturas propícias, de modo a criar um ambiente adequado para a canalização da poupança privada em investimentos produtivos; e (3) a consolidação de um arcabouço institucional que separe a formulação dos objetivos da política monetária de sua execução. Neste último aspecto, a independência do Banco Central pode ser um elemento favorável, desde que acompanhada de uma reformulação do Conselho Monetário Nacional. 

(*) Professor do Departamento de Economia da UFRGS

País fica mais vulnerável?

ESQUENTA O DEBATE SOBRE AS RESOLUÇÕES DO CMN QUE UNIFICAM O CÂMBIO E FLEXIBILIZAM O FLUXO DE CAPITAIS

PAULO VASCONCELOS

Poucos terrenos são tão pantanosos na economia brasileira quanto a política cambial. Prova disso é a reação a duas medidas baixadas em 4 de março pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Elas alteram regulamentações normativas definidas pelas Leis 4.131 e 4.595 ao unificar os dois mercados cambiais – o livre e o flutuante (ver box na página 18) –, simplificar os procedimentos de remessas de recursos para o exterior e dilatar o prazo de cobertura cambial nas exportações.

Se a intenção era simplesmente melhorar uma legislação que, de fato, impõe uma série de entraves burocráticos ao trânsito de capitais e compensar as perdas do setor exportador com a valorização do real, ainda assim restam duas impressões inevitáveis: se alguém foi ouvido, foram os interlocutores de sempre – o sistema financeiro e os empresários – e se fecharam os ouvidos aos esquecidos também de sempre – os interesses da sociedade e dos que apontam incoerências na condução da política econômica.

De um lado e do outro acumulam-se argumentos a favor e contra as Resoluções 3.265 e 3.266. Um dos pontos cruciais é a unificação dos

dois mercados de câmbio existentes no país. Um, de taxas livres, abrigava operações de exportação, importação, pagamentos de serviços e remessas de juros e dividendos, além de ingressos e saídas de capitais estrangeiros e brasileiros por meio de empréstimos ou investimentos. O outro, flutuante, servia às operações cambiais de compra de dólares para turismo e à remessa de capitais ao exterior por meio das contas CC-5.

Um único conjunto de regras promoveu ainda a desburocratização com a dispensa de autorização prévia que era exigida pelo Banco Central – do aluguel de uma lancha à compra de energia, por exemplo. Também ampliou de 180 para 210 dias o prazo de cobertura cambial para o exportador fazer a conversão em reais dos dólares obtidos no comércio internacional. Até lá, também, o Banco Central não fará nenhum acompanhamento das operações de exportação, mas a partir de então vai exigir a documentação que comprove a legalidade dos negócios.

Liberação x soberania nacional

“O mercado de câmbio de taxas livres tinha uma estrutura mais detalhista que o flutuante. Mecanismos superados provocavam conflito entre





as duas normas. Algumas ficavam em situação dúbia. A Resolução 3.265 pôs tudo debaixo de um único guarda-chuva regulatório”, defende o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Alexandre Schwartzman. “A 3.266 tem abrangência menor. Só atinge as exportações. As medidas simplificam a vida do exportador. A cobertura cambial não foi extinta, apenas ampliada em mais 30 dias. Não haverá exigência de nenhum controle até o prazo final, mas isso não significa isenção de responsabilidade pelas informações que serão exigidas depois.”

As duas resoluções suscitam dúvidas que são amplificadas por políticos e economistas, mas que as autoridades monetárias procuram minimizar. É possível desburocratizar sem liberar o câmbio? A liberalização não aumenta a vulnerabilidade externa do país diante de crises internacionais e não põe em risco a soberania nacional? Qual a capacidade do Banco

Central em fiscalizar a entrada e saída de capitais?

“O Conselho Monetário Nacional autorizou ao arrepio da Lei 4.131, que não foi revogada, a remessa por pessoa física ou jurídica de qualquer quantia, de qualquer natureza, para o exterior, sem limitação. Isso é frontalmente contrário à Lei 4.131. Esse é o entendimento de muitos juristas. Era o entendimento de boa parte do Banco Central até recentemente. De repente, mudaram de idéia lá, a portas fechadas, sem explicação adequada”, disse o economista Paulo Nogueira Batista Júnior na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na audiência pública realizada em abril sobre a autonomia do Banco Central.

“As resoluções não alteraram a legislação. Não tiveram impacto sobre as taxas de câmbio, porque esse não era o objetivo das medidas. Toda a operação de câmbio continua sujeita a um contrato de câmbio. Falar em vulnerabilidade com saldo na balança comercial de US\$ 39 bilhões, superávit em conta corrente de US\$ 13,4 bilhões e reservas de US\$ 62 bilhões é exagero”, rebate Alexandre Schwartzman.

A discussão se as resoluções provocaram ou não mudanças na legislação parece ser apenas ques-

tão de semântica. Que as medidas não tiveram impacto sobre as taxas de câmbio é fato – o valor do dólar tem oscilado entre R\$ 2,3 a R\$ 2,4 –, mas isso se explica mais pelo elevado volume de ingresso de capitais estrangeiros atraídos pelas altas taxas de juros. A capacidade de o Banco Central fiscalizar a entrada e saída de capitais pode não ter sido alterada, o que não significa que seja suficiente. É verdade também que toda a operação de câmbio continua sujeita a um contrato, mas não é tão certo assim que as reservas acumuladas pelo Brasil em moeda estrangeira possam fazer frente a uma crise internacional.

Os defensores da liberalização financeira bradam antecedentes históricos para defender o novo passo rumo à abertura. Nos anos 80, época em que a liberdade cambial foi mais reduzida e coincidentemente mais burocratizada, o Brasil se viu obrigado a realizar três moratórias internacionais: em 1983, 1987 e 1988. Na última, por meio da centralização cambial, o país ficou sem reservas, sem credibilidade internacional, sofreu sob um processo hiperinflacionário e de retração econômica. Já em 2002, um ataque especulativo contra o real foi defendido pelo próprio sistema de liberdade de flutuação que, ao elevar a taxa a R\$ 4, estancou a fuga de capitais e deixou o país longe de uma moratória externa.

“A tese de que a liberalização cambial põe em risco a soberania nacional parte de dois pressupostos equivocados: o de que não há, hoje,

liberdade de fluxo e o de que se houver oportunidade, todos os detentores de capitais promoverão evasão de divisas”, diz o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti da Fonseca. “No primeiro caso, vale lembrar que, desde 1992, existe liberdade de remessas e recebimentos de moeda estrangeira e não mais padecemos de falta de reservas, não mais realizamos moratórias, e os ataques especulativos foram enfrentados sem alterar o grau de liberdade cambial. Quanto ao segundo pressuposto, vale lembrar que, à exceção de breves períodos em 1999, 2001 e 2002, o Brasil tem ‘sofrido’ com o excesso de ingressos. Isto é, capitalistas tentando entrar com recursos no Brasil, ora explicado por juros altos, ora explicado por privatizações, ora por oportunidades de investimentos em bolsas, e assim por diante.”

Os adversários da liberalização financeira também desfiaram antecedentes históricos contra o que chamam de excessiva flexibilização da economia. Não esquecem, por exemplo, que, de 1993 a 2004, o Brasil passou por seis crises cambiais. A saída líquida de recursos das instituições financeiras por intermédio das contas CC-5 foi superior, nesse período, a US\$ 113 bilhões. Os dados são do site do próprio Banco Central. Embora a “criminalização” das remessas via CC-5 por parte da sociedade já fosse evidente, não representou um problema relevante para os remetentes. Teria sido esse

desabalado processo de evasão de divisas a causa da sucessão de crises cambiais durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

A articulação da Fiesp

Na Fiesp articula-se, ainda assim, a elevação alguns graus acima do nível de liberalização cambial. A idéia ainda não passou da fase de estudo. A proposta de adequação da lei cambial ao regime de câmbio flutuante, que deve ser encaminhada ao Congresso, parte do pressuposto que o arcabouço legal do câmbio e dos movimentos de capitais no Brasil remonta aos anos 1930, durante a ditadura Vargas, e foi consolidado nas Leis 4.131 e 4.595, ainda nos governos militares. O que o empresariado paulista parece pretender não é a revogação completa dessas leis, mas que elas sejam atualizadas e modificadas com mais agilidade diante da dinâmica dos mercados internacionais. Na essência, trata-se de uma desconstitucionalização do mercado cambial.

“As taxas de juros internacionais nos últimos dois anos estiveram em seu ponto mais baixo no pós-guerra sem que tenhamos feito grandes movimentos para captar recursos de longo prazo”, apregoa Roberto Giannetti da Fonseca. “Mudar isso equivaleria a tirar boa parte da matéria do nível de lei complementar e trazer ao nível de leis ordinárias ou decisões do Conselho Monetário Nacional. No nível constitucional, ficariam apenas as linhas mestras.”

Os críticos dos rumos da política

“As taxas de juros internacionais nos últimos dois anos estiveram em seu ponto mais baixo no pós-guerra sem que tenhamos feito grandes movimentos para captar recursos de longo prazo.”

ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA



econômica brasileira têm com que se preocupar. O objetivo maior das novas normas cambiais brasileiras seria não apenas consolidar o estágio atual de liberalização, mas também aprofundá-lo. Medidas ainda que aparentemente tênues, como as Resoluções 3.265 e 3.266, seriam apenas o início do cerne da proposta estratégica do processo: o fim da cobertura cambial nas exportações para completar o projeto de conquista da plena conversibilidade da conta de capitais.

A liberalização sempre foi defendida pelo sistema financeiro (e seus aliados), já que a liberdade de movimento de capitais sem custos é sinônimo de liquidez: quanto menor o custo de transação de um ativo, maior a sua liquidez. A novidade agora é que o setor produtivo exportador se uniu ao sistema financeiro. Interessa ao último ter suas demandas de dólares livremente atendidas pelo mercado doméstico de divisas. Ao setor produtivo exportador interessa também defender a proposta de não

pôr em oferta os dólares correspondentes às suas receitas.

“Os exportadores com contas correntes ativas no exterior poderão realizar pagamentos para outros agentes residentes com contas abertas também no exterior. Isto faria com que todos tivessem recursos disponíveis fora do país – não somente os exportadores, mas também os bancos, firmas não-exportadoras de mercadorias ou serviços e as pessoas físicas”, alerta João Sicsú, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“A mudança leva em conta a recente CPI da Evasão de Divisas, que revelou como as contas CC-5 eram usadas para a lavagem de dinheiro e representavam um verdadeiro escoadouro de moeda estrangeira”, endossa o deputado federal Sérgio Miranda, do PCdoB de Minas Gerais. “O Banco Central vai na contramão do que o país precisa: controlar melhor suas divisas. Pelo argumento do BC, a possibilidade de o Estado promover

algum tipo de controle de capitais seria um fator de instabilidade, já que os capitais fugiriam do país diante de um ‘clima de incertezas’. Mais uma vez, estamos diante de uma absurda capitulação à voragem do grande capital financeiro.”

“O problema do empresário brasileiro é que ele também é um rentista. O que ele quer é que cobertura cambial das exportações não seja obrigada a ser transformada em real”, afirma Ricardo Carneiro, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp. Desse ponto de vista, o futuro é pessimista. “A vulnerabilidade do país a crises internacionais aumenta substancialmente com as resoluções liberalizantes da política cambial adotadas pelo Conselho Monetário Nacional. A tese da ortodoxia econômica é que a liberalização ajuda a baixar a taxa de juros porque reduz o risco-Brasil. A questão essencial, porém, continua sendo a qualidade da moeda brasileira. Ela continua periférica e mais exposta aos ciclos internacionais.”

Sinal de alerta

Adotadas com a justificativa de dar maior transparência e agilizar a entrada e saída de capitais no país, as Resoluções 3.265 e 3.266 acenderam o sinal de alerta para quem enxergou nelas mais um avanço do processo de liberalização financeira, iniciado no fim dos anos 80, e a possibilidade de um aumento da vulnerabilidade do país diante de crises internacionais.

No momento em que setores

da sociedade vinham defendendo um controle maior no fluxo do capital especulativo e a construção de barreiras para a evasão de divisas – como é o caso do pai do “Consenso de Washington”, o americano John Williamson, que recentemente lançou livro propondo controles de capital em alguns países, e da campanha mundial pela adoção da Taxa Tobin

(taxação em 0,1% das transações de todo o capital especulativo que circula no mundo) –, o mínimo que se pode dizer da decisão do CMN é que foi adotada em hora imprópria. Como em tantas outras oportunidades, parece ter faltado um debate mais aprofundado das decisões anunciadas pelas autoridades financeiras.

As resoluções do Conselho Mone-

tário Nacional parecem ter azeitado demais uma máquina que deve estar precisando mais é de areia nas engrenagens. Criar barreiras ao capital de curto prazo e restringir investimentos de brasileiros e empresas nacionais no exterior poderiam represar a corrente liberalizante que tem prevalecido na economia brasileira há uma década e meia. 

O be-a-bá do câmbio

Câmbio – Operação de compra e venda de moedas estrangeiras ou de títulos públicos, também conhecidos como papéis, em consequência do comércio internacional.

Divisa – Disponibilidade de um país em moeda estrangeira obtida por meio das exportações, dos empréstimos de capitais, da venda de tecnologia ou dos direitos de patentes e royalties. São divisas não só moedas estrangeiras, mas também letras de câmbio, ordens de pagamento, cheques, cartas de crédito, saldo em agências bancárias no exterior.

Conversibilidade – O dólar americano, o euro, a libra esterlina, o franco suíço e o iene japonês integram o seletivo grupo de dez moedas consideradas conversíveis. São as chamadas moedas fortes. As moedas inconversíveis são aquelas que não são aceitas como meio de pagamento nas transações internacionais. É o caso do real.

Política cambial – Forma com a política comercial a política externa que define o desenvolvimento socioeconômico de um país. A política cambial é importante instrumento do governo para regular a balança de pagamentos e, em conjunto com a política monetária, controlar as taxas de juros e a inflação.

Regime de câmbio – Existem basicamente dois grandes tipos de sistemas de taxa cambial: o de taxas fixas e o de taxas flutuantes. No primeiro, a taxa é mantida invariável. O que se ajusta no mercado é a oferta de moeda estrangeira. O governo, por meio do Banco Central, intervém, comprando ou vendendo

dólar, por exemplo, para equilibrar a oferta e a demanda de divisas e garantir a manutenção da taxa de câmbio. A política de taxas fixas tem repercussões diretas sobre o volume de reservas internacionais do país. No sistema de taxa flutuante, o preço da moeda estrangeira oscila com liberdade para assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de divisas. O regime pressupõe o ajuste automático do mercado. Mas a volatilidade afeta o nível de preços e, por consequência, as expectativas dos agentes econômicos. O Brasil já chegou a adotar pelo menos uma alternativa a esses dois regimes: o de bandas cambiais. Nos últimos anos, convivia com os dois sistemas simultaneamente.

CC-5 – a Carta-Circular 5, de 1969, foi substituída pela Circular 2.677, de 1996. Regula pagamentos/recebimentos em moeda nacional entre residentes no país e residentes no exterior, mediante débitos/créditos em conta em moeda nacional mantida no país pelo não-residente. Mesmo revogada, o mercado continua a denominar essas operações como CC-5.

Unificação – O Banco Central iniciou, a partir de janeiro de 1999, procedimentos para a unificação do câmbio. A idéia consistia na criação de uma taxa única. O primeiro passo foi a unificação das posições de câmbio existentes nos mercados livre e flutuante. A regulamentação cambial e as formas de registro e contabilização das operações no Sisbacen foram mantidas. Faltava acabar com as diferenças de registro e regulamentação entre os dois sistemas para a completa unificação.

América Latina: democracia em perigo?

Periodicamente, são publicadas pesquisas que chamam a atenção sobre uma suposta falta de importância da democracia para os povos latino-americanos, indicando que as pessoas tendem a preferir soluções de seus problemas socioeconômicos, mesmo que em detrimento do regime político. Os latino-americanos não valorizariam a democracia – conquistada a tantas penas –, preferindo resolver seus problemas individuais e imediatos. Como em toda pesquisa, devemos primeiro perguntar-nos: será isso mesmo? Para tanto, é indispensável, antes de tudo, saber como ela foi feita.

Dá-se por estabelecido que somos uma sociedade democrática. No nosso caso, por exemplo, embora cumpramos, há quase duas décadas, com os critérios liberais para as democracias políticas, o Brasil é o país mais injusto do mundo – situado apenas à frente de Serra Leoa. Isto significa que somos a maior ditadura social do mundo, o país que pior distribui seus recursos materiais e espirituais.

Perguntar aos brasileiros se gostam deste tipo de sistema não significa, portanto, que entendam a pergunta como aprovação da democracia, porque, para a grande maioria deles, sua vida está condicionada por aquela concentração de renda e de recursos, e não pelas possibilidades democráticas de decidir sobre seu destino e o da sociedade como um todo.

A pergunta correta seria: gosta do tipo de sociedade existente? Está disposto a trocar esse sistema por outro, em que lhe sejam assegurados os direitos econômicos e sociais?

A América Latina vive, hoje, sua pior crise desde os anos 30. Esta resulta do fato de que o continente foi o laboratório privilegiado de experiências neoliberais. O neoliberalismo nasceu aqui, no Chile de Pinochet e na Bolívia. Depois foi se generalizando; primeiro com governos originariamente

da direita, em seguida do centro e finalmente da esquerda, aplicando o mesmo modelo elaborado sob a etiqueta de “Consenso made in Washington”.

A mercantilização de todos os quadrantes de nossas sociedades – de que os shopping centers são o posto de avançada – afeta também o sistema político, seja pela comercialização das campanhas eleitorais, seja pelo peso econômico determinante que essas milionárias campanhas promovem. Por outro lado, as políticas econômicas expropriam direitos fundamentais, como o do emprego com carteira de trabalho assinada, negam direitos essenciais da população, bem como fragmentam a sociedade, jogando a maioria nas relações informais, em que não tem direito à associação, ao reconhecimento jurídico de seus direitos, não sendo na realidade cidadã.

Em sociedades com esse perfil, a grande maioria dos indivíduos vê frustradas suas reivindicações de atendimento, sentindo-se injustiçada. É normal, portanto, que prefiram alternativas que garantam esses direitos, em vez de sociedades que se consideram politicamente democráticas, mas que são socialmente ditatoriais.

Na entrada do novo século, depois de ter vivido o século mais extraordinário da sua história, a América Latina vive no dilema de dar continuidade a essa esquizofrenia entre democracias políticas e ditaduras sociais ou de construir democracias com alma social. Este momento, de crise generalizada dos modelos vigentes no continente, permitirá à América Latina sair com outra cara. As conturbações atuais são resultado da tentativa de sobrevivência do velho e da difícil emergência do novo, do velho poder oligárquico – hoje revestido da forma do capital especulativo – e da luta pela emancipação do povo latino-americano. 

(*) Professor de Sociologia da USP e UFRJ

“No mundo moderno, não se justifica uma jornada de trabalho superior a 6 horas”

Há cinco anos, o empresário Francisco Simeão resolveu correr um risco: montar uma fábrica de pneus remoldados no município de Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba). A novidade é que Simeão queria implantar um modelo de gestão calcado na redução da jornada de trabalho de 8 para 6 horas. Sua empresa, a BS Colway Pneus, nasceu de uma joint venture com a Colway Tyres, da Inglaterra, líder mundial em remoldagem de pneus. Contou com os mesmos benefícios fiscais outorgados a empresas como Renault e Volkswagen. Valeu-se, também, do crescimento do Paraná como pólo automotivo, o que ajudou a BS Colway a se estabelecer como uma alternativa de mercado às grandes do setor (Goodyear, Firestone e Pirelli). Mas o sucesso da BS Colway, segundo Francisco Simeão, deve ser creditado ao modelo centrado na valorização do trabalhador. O pilar desse modelo é a jornada de trabalho

de 6 horas e um extenso programa de benefícios. Entre eles, uma academia esportiva em que cada funcionário recebe R\$ 10 por sessão de ginástica que participa. Hoje, a BS Colway produz 200 mil pneus por mês. E seu presidente tornou-se um defensor ferrenho da redução da diária de trabalho. Foi por causa disso que Francisco Simeão esteve recentemente no Banco Central para duas palestras sobre o tema, em São Paulo e Brasília (retransmitida para todas as representações do BC, via TV-Bacen). Na oportunidade, o empresário foi entrevistado pelo presidente do Sinal, David Falcão, e pelo repórter Jefferson Guedes.

Em tempo: A iniciativa da BS Colway tem precedentes no próprio BC e em outras esferas do poder público, como é o caso do INSS e de vários tribunais superiores, que adotaram jornadas de 6 horas continuadas, com ampliação do horário de atendimento ao público. No TCU, a jornada é de 7 horas. Quanto ao BC, a instituição viveu a experiência da jornada de 6 horas, quando o funcionalismo era regido pela CLT e pelo estatuto próprio.



“O pleno emprego deve ser a preocupação maior do país. O problema é que não há forma de gerar pleno emprego como uma jornada de 8 horas de trabalho por dia.”

problema é que não há forma de gerar pleno emprego com 8 horas de trabalho por dia. Isso é uma conta aritmética. Porque não existe volume de trabalho suficiente para abrigar toda a massa trabalhadora com esta carga horária. Então, nós temos de repartir o trabalho. Se três pessoas que trabalham 8 horas reduzirem sua jornada em 2 horas, haverá espaço para mais uma pessoa trabalhar 6 horas. Porque, do mesmo jeito que

■ **O Senhor passou a defender a redução da jornada de trabalho depois que a CUT e as centrais européias abraçaram a idéia ou a sua percepção a respeito foi totalmente independente?**

Foi independente. Há dez anos, comecei a ficar angustiados com os efeitos do desemprego, na escalada da criminalidade, e também porque ele degrada o ser humano e suas famílias. Desde então, cheguei à conclusão que o pleno emprego deve ser a preocupação maior do país. O

se reduziu a jornada de trabalho de 18 para 12 horas, e depois de 12 para 8 horas, hoje, no mundo moderno, da tecnologia, da internet, não se justifica uma jornada superior a 6 horas.

■ **Uma empresa pode ser mais produtiva com uma jornada de 6 horas?**

Nossa expectativa era de um aumento de produtividade da ordem de 12%, suficiente para pagar os custos de uma



“Não é um sonho você ir aos guichês do INSS ou à fila do SUS e encontrar alguém sensível, entusiasmado, eficiente para atender a população? Muito mais importante para a Nação é a eficiência do trabalhador público.”

jornada de 6 horas. Para nossa surpresa, atingimos um índice maior de produtividade: em vez de produzir 1.000 pneus em 8 horas, estamos produzindo 1.370 em 6 horas.

■ Qual a fatia de mercado que sua empresa ocupa?

Atuamos apenas no mercado de pneus de automóvel e de camionete. E não vendemos para montadoras, só para o mercado de troca. Desse segmento, deveremos, até o fim deste ano, estar com uma participação de 9%. E esses 9% foram subtraídos da Goodyear, Firestone e Pirelli. O fato é: estamos disputando com essas três grandes empresas do setor. Não é uma disputa fácil. Se não tivéssemos nossos trabalhadores envolvidos com o capricho da qualidade e a velocidade de produção, não teríamos a menor chance de competir com esse mercado. E eu não tenho dúvida de que isso acontece em função da redução da jornada de trabalho, da valorização do trabalhador.

■ Contra esse seu discurso existe outro, que diz que o Brasil tem muito feriado, que o brasileiro trabalha pou-

co, e que reduzir jornada de trabalho é aumentar o ócio e diminuir a competitividade das empresas. Na sua empresa, o senhor traz o exemplo do aumento da produtividade, do lucro. No serviço público, reduzir jornada com aumento da eficiência da máquina pode contribuir para a prestação de um melhor serviço à população?

Quem faz esse discurso contra a redução da jornada de trabalho deveria estudar tudo o que aconteceu na História, avaliar o que a globalização da economia trouxe como efeito colateral

nocivo, que é o desemprego, e, também, do que é capaz o trabalhador motivado. Não é um sonho você ir aos guichês do INSS ou à fila do SUS e encontrar alguém sensível, motivado, entusiasmado, eficiente para atender a população? Muito mais importante para a nação é a eficiência do trabalhador público. Esse discurso de que redução da jornada aumenta o ócio é até irritante, coisa de reacionário, de quem não tem compromisso com o país e só pensa em defender a sua empresa.

■ Como uma empresa pode implantar a redução da jornada?

Eu defendo a criação de um Pacto Empresarial para o Pleno Emprego. A adesão das empresas seria voluntária. Elas teriam cinco anos para ratificar a decisão, podendo voltar atrás a qualquer tempo e retornar à jornada de 8 horas. O empresário que estiver disposto a aderir chama seus funcionários e diz: “A redução da jornada terá um custo de tanto, eu preciso que vocês tenham uma produtividade ampliada em 10%.”

■ **Qual é o papel que os sindicatos devem desempenhar na luta pela redução da jornada sem redução de salário?**

O Sinal tem de lutar pela redução da jornada, não só pelo benefício que isso trará aos funcionários do Banco Central. O sindicato tem uma obrigação para com a nação. Não pode parar essa luta depois de conquistar a redução da jornada. Os funcionários do BC têm de levar essa luta pra fora, para que o país inteiro trabalhe 6 horas e possa empregar todos os trabalhadores.

■ **Qual o compromisso da BS Colway com a ecologia?**

A ecologia está entre os valores adotados pela BS Colway Pneus desde sua fundação. A fabricação dos nossos pneus pelo processo da remoldagem gera uma economia de 20 litros de petróleo em relação ao que é gasto na fabricação de um pneu tradicional. Além disso, nossa empresa foi a primeira a cumprir as determinações da Resolução do Conama 258/99, que exige de todos os fabricantes e importadores a



coleta e destruição de pneus velhos, na mesma proporção dos pneus novos que colocam no mercado.

■ **O que acontecia com os pneus velhos antes de essa resolução entrar em vigor?**

Os pneus velhos eram coletados e transformados em pneus recapados e recauchutados. Rodavam uns 10 a 15 mil quilômetros e se transformavam em “lixo-pneu”, onde acumulavam água das chuvas e tornavam-se criadouros ideais para o mosquito que transmite a dengue. Agora, para importar pneus novos, remoldados ou carcaças de pneus velhos (usadas para fabricar pneus remoldados), é obrigatório coletar e destruir quantidade equivalente de pneus velhos. Essa obrigação pós-consumo, de contrapartida ambiental pela venda de pneus no mercado brasileiro, não era cumprida pelas grandes empresas.

■ **A Resolução do Conama era aquele tipo de legislação que fica só no papel?**

É incrível, mas tivemos de entrar com uma representação criminal contra os presidentes da Goodyear, Firestone e Pirelli – porque não estavam cumprindo a obrigação ambiental de coletar o pneu e destruir – e contra o presidente do Ibama, por crime de prevaricação, por não estar exigindo o cumprimento da legislação ambiental. O Ministério Público aceitou a denúncia, encaminhou-a à Polícia Federal para ouvir os acusados e

“O Sinal não pode parar essa luta depois de conquistar a redução da jornada. Tem de levar essa luta pra fora, para que a nação inteira trabalhe 6 horas e possa empregar todos os trabalhadores.”

informar o processo. Depois disso, o presidente do Ibama multou as multinacionais, no dia 3 de junho passado. Todos nós temos a obrigação de defender a qualidade de vida do planeta. E a BS Colway faz a sua parte: os pneus velhos que nós coletamos e destruímos estão sendo transformados em óleo combustível e gás na Usina de Xisto da Petrosix, da Petrobras, em São Mateus do Sul, no Paraná. **S**

Sinal debate no Senado autonomia do BC

A primeira audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em 19 de abril, serviu para revelar a complexidade do debate sobre a autonomia do Banco Central. Entre os que apregoam que o BC já tem independência demais e os que defendem medidas que dariam ainda mais poderes à instituição, há um imenso espaço para sugestões, que vão do seu descolamento das injunções políticas à maior abertura à participação da sociedade.

Com a matéria de capa “BC: Autonomia com controle social”, a última edição da **Por Sinal** já havia traçado um painel aprofundado das divergências que rondam a discussão que, até aquele momento, prometia ser um dos assuntos principais da agenda econômica de 2005. A audiência pública na CAE, que reuniu os economistas Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), e Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e professor da PUC do Rio de Janeiro, e Sérgio da Luz Belsito, ex-presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, foi um espelho da urgência e da abrangência da discussão do tema que há mais de uma década



tem pautado a Assembléia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal.

“Por que o Banco Central deve ser autônomo? Em relação a quem? Em relação aos poderes políticos eleitos: Congresso, Executivo? Ou em relação aos interesses financeiros privados?”, indagou Paulo Nogueira Batista Júnior, o primeiro a ser ouvido na Comissão. Ele considera que essas questões devem ser respondidas com muito

cuidado pelo governo, pela sociedade e pelo Legislativo.

De acordo com o economista, existe, sim, uma onda internacional na direção da autonomia do Banco Central em relação aos poderes políticos eleitos. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial têm pressionado diversos países subdesenvolvidos a adotar estatutos de bancos centrais independentes. A idéia, na essência,

consiste em dar mandato fixo aos seus presidentes e aos diretores geralmente não coincidentes com o do presidente da República. “Essa é concepção dominante de autonomia ou de independência do mundo hoje”, adverte.

Independência & inflação

Paulo Nogueira também rebateu a tese dos que apregoam a independência do BC em nome de taxas menores de inflação. “Estudo recente do Departamento de Pesquisa do Fundo Monetário Internacional, o que não significa que seja a opinião oficial do FMI, chegou à conclusão de que não há fundamentação empírica para a idéia de que nos países em desenvolvimento a independência dos bancos centrais leva a uma inflação menor”, afirmou. Sobre a importância de se fortalecer o Banco Central como instituição, o economista deixou claro que isso não quer dizer necessariamente dar autonomia formal no sentido em que esse termo é habitualmente compreendido. “O Banco Central concentra uma enorme quantidade de poderes e atribuições: emite moeda, executa política monetária, administra taxa de juro de curto prazo e a política cambial, é depositário e administrador das reservas internacionais do país. É um verdadeiro transatlântico. Vamos dar mais autonomia e poder a esta instituição?”

Edmar Bacha defendeu que sim. “Ao contrário do que ocorre em todas as grandes democracias ocidentais e em boa parte dos países democráticos em desenvolvimento, o Banco Central

do Brasil não tem autonomia legal para exercer a política monetária de controle de inflação, ainda que, desde 1994, tenha aumentado bastante a sua autonomia efetiva”, ressaltou. “A autonomia legal é importante também porque formalmente separa o poder de gastar dinheiro do Executivo e do Congresso e de emitir dinheiro do Banco Central, evitando que o governo caia em tentação às vésperas de eleição.”

Bacha ainda levantou a questão se o único objetivo de um banco central autônomo deva ser a estabilidade de preço – como no caso do Banco Central europeu, que, pelo Conselho de Ministros, é incumbido de manter a inflação entre zero e dois pontos percentuais – ou seguir o modelo do FED, o Banco Central americano, que tem uma missão dupla: a estabilidade de preço e a preocupação com o emprego. “A lei do Banco da Inglaterra diz o seguinte: ‘Manter a estabilidade de preços e, sujeito a isso, apoiar a política econômica do governo, incluindo seus objetivos para o crescimento e para o emprego.’ Estaria de acordo com essa terminologia na nossa lei do Banco Central.”

Controle social do BC

Sérgio da Luz Belsito, quando presidente do Sinal, defendeu que o primeiro ponto de discussão deveria girar em torno das atribuições e a missão do Banco Central. “O Sinal entende que a missão do BC deve ser modificada para que ele não tenha somente a função de zelar pela estabilidade da moeda, mas também se

voltar para o desenvolvimento social e econômico e a criação de empregos, o que é fundamental”, disse Belsito. “O que defendemos é uma autonomia relativa, em que, ao lado da autonomia orçamentária e administrativa, o Banco seja regulamentado por uma lei específica e única, que mantenha a fiscalização do sistema financeiro e tenha como missão não apenas a estabilidade da moeda, mas também responsabilidade com o desenvolvimento social.”

Pelo menos num ponto os participantes chegaram a um consenso: a redução da ingerência do mercado financeiro sobre as decisões do Banco Central. “Fala-se muito na independência do Banco Central em relação ao governo, mas existe outro tipo de independência, que é tão importante quanto a primeira, mas raramente discutida, que é a independência dos mercados financeiros”, enfatizou Paulo Nogueira Batista Júnior.

Sérgio Belsito foi além ao insistir na proposta do Sinal de ampliar a participação da sociedade no Conselho Monetário Nacional como forma de promover um equilíbrio de forças nas decisões de política econômica: “Do jeito que está hoje, o Conselho Monetário Nacional não tem a menor sensibilidade social”, afirmou o ex-presidente do Sinal. “Defendemos há sete ou oito anos que a composição do CMN seja ampliada para dar início ao processo de controle social do Banco. O Banco Central tem de se livrar das garras do Executivo e do mercado financeiro.” 

O BC e a proteção dos consumidores de serviços bancários

No título dedicado à Ordem Econômica e Financeira, o legislador constituinte, mormente após a Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003, promoveu a “desconstitucionalização” de grande parte da normatividade específica relativa ao sistema financeiro nacional. Preservou-se, apenas, a regra que determina a obrigatoriedade de esse sistema “estruturar-se de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade” (art. 192, caput da Constituição Federal). Isto não significa, contudo, que ao se analisarem este sistema e as instituições que o compõem, não se deva obediência ao texto constitucional em sua unidade e inteireza. Esta singela observação é declarada com a frase de efeito “a Constituição Federal não pode ser interpretada em tiras”, constituindo a assertiva truísmo jurídico tratada nos manuais de hermenêutica.

Pois bem. A dicção normativa constitucional de “promoção de desenvolvimento equilibrado” e de que as instituições criadas devam “servir aos interesses da coletividade” têm carga valorativa axiológica significativa para o exame do papel e da missão conferida ao Banco Central. Nessa pequena digressão, pretende-se tecer algumas considerações sobre o debate suscitado no cotejo BC x consumidores de serviços bancários.

A expressão “cliente bancário”, de uso corrente e tradicional, angariou a significação, para os operadores do Direito em geral, com o tempo, também de “consumidor de serviços bancários”. Embutido nesta expressão está a inequívoca incidência do assim chamado microsistema consumerista (Lei nº 8.078/90) na atividade desenvolvida pelas ins-



tuições bancárias quando em jogo interesses de clientes bancários pessoas físicas, tomadoras de serviços. Aqui um primeiro aspecto a destacar. É importante que o Banco Central, na sua atividade normativa infralegal e regulamentar, definitivamente incorpore os princípios e regras previstos na Lei nº 8.078/90 e também passe a valer-se da expressão “consumidor de serviços bancários”. A postura oposta, que causa espécie a todo o movimento consumerista brasileiro – cujos frutos já ultrapassam nossas fronteiras e servem de paradigma e modelo para outros países –, foi a defendida pela Febraban na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade que corre junto ao Supremo Tribunal Federal, ação essa que certamente será julgada improcedente, ao menos quanto à óbvia constatação de que os serviços bancários estão compreendidos nas chamadas relações de consumo, restando conveniente,

apenas, talvez, uma mais clara identificação quanto aos exatos contornos que se delineiam no alcance e abrangência da expressão.

Avançando no raciocínio, quer-se destacar outro aspecto não menos significativo, já agora da angulação da classe dos servidores do Banco Central. Num regime democrático, instituições públicas se justificam e se legitimam pelo reconhecimento que angariam no seio da sociedade. Daí que o cumprimento da missão constitucional de “servir aos interesses da coletividade” não só representa o caminho a ser trilhado na atividade desenvolvida pelo BC, por comando constitucional, como também o eficiente cumprimento deste mister tem o poder de robustecer ainda mais a instituição e, conseqüentemente, conferir legitimidade aos pleitos corporativos de valorização do trabalho humano, não apenas por adoção de uma política remuneratória satisfatória para os que lá trabalham, como também na implementação de efetivas condições materiais para a concretização das metas propostas.

“Num país como o Brasil, que se situa entre os mais desiguais do mundo, a despeito da pujança de sua economia, este espontâneo movimento das instituições bancárias (só aquele que tem dinheiro é bem-vindo) há de ser combatido com o papel normativo, orientador e fiscalizatório do BC.”

Ou seja, a aproximação da atividade desenvolvida pelo Banco Central aos parâmetros de justiça e equilíbrio normativamente esculpidos no Código de Defesa do Consumidor, sem desconsideração de outras pautas valorativas igualmente incidentes, e a publicização dos avanços da instituição no cumprimento desta missão que também lhe cabe por certo muito retornarão em benefício do próprio Banco.

Estudos na Europa apontaram para uma característica singular na atividade desenvolvida pelas instituições financeiras hodiernamente: elas reverberam o processo de exclusão social existente na sociedade ao estabelecer suas estratégias de atuação no mercado (exemplificativamente, a não-aceitação de consumidores não-clientes da agência ou tratamento mais gravoso a esses, o impedimento ou restrição para pagamento de determinados títulos). Resumindo: só aquele que tem dinheiro é bem-vindo. Num país como o Brasil, que se situa entre os mais desiguais do mundo, a despeito da pujança de sua economia, este espontâneo movimento das instituições bancárias há de ser combatido com o papel normativo, orientador e fiscalizatório do BC.

A idéia de um capitalismo com temperamentos sociais, introduzido no título VIII da Constituição Federal, nos remete à singela conclusão de que se o regime de mercado constitui nota distintiva do modelo econômico brasileiro adotado, não menos verdade é que o papel do Estado, no particular pela atuação do Banco Central, seja orientado segundo a principiologia esculpida no artigo 170 da Constituição Federal. 

(*) Mestre em Direito, procurador regional da República e ex-coordenador do Ofício do Consumidor e da Ordem Econômica da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul

Em busca do Brasil real

DESCENTRALIZAÇÃO DO DEPEC PERMITE A CRIAÇÃO DE REDE DE INFORMAÇÕES EM TODO O PAÍS PARA SUBSIDIAR DECISÕES DO COPOM

A cada reunião mensal do Comitê de Política Monetária (Copom) um retrato mais fiel do Brasil é apresentado. O resultado é fruto da descentralização do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, com a consolidação, em 2004, de unidades em todas as regionais da instituição. Entre suas atividades, os Núcleos Regionais de Pesquisa Econômica coletam informações e as remetem para a sede. Esses dados são incorporados à análise apresentada aos integrantes do Copom, que definem a trajetória da taxa de juros. "O Depec é responsável por um dos maiores bancos de dados sobre economia brasileira", diz Vera Maria Schneider, chefe de equipe do Núcleo do Departamento de Economia da Regional de Porto Alegre.

Com base no acompanhamento da economia regional são repassadas informações que analisam os efeitos, por exemplo, da estiagem prolongada no Rio Grande do Sul e da queda do preço da soja no mercado internacional sobre a economia local. Esses fatos impactaram negativamente a renda agrícola gaúcha e provocaram queda no índice de confiança do consumidor

no interior do estado, em relação às intenções dos consumidores da Região Metropolitana de Porto Alegre.

De outro extremo do território nacional brotam resultados diversos, mas não menos significativos. Um deles aponta o crescimento industrial do Nordeste. A partir de informações remetidas pelas regionais de Fortaleza, Salvador e Recife, se consolida a convivência de um processo de migração de indústrias do Sul e do Sudeste.

"A criação dos núcleos regionais do Depec é fruto da necessidade de se ter postos adiantados de observação da dinâmica da economia brasileira, que vem mudando de perfil de forma acelerada nos últimos anos", diz o chefe-adjunto do Departamento de Economia do Banco Central, Fernando Caldas, de 54 anos, integrante da primeira turma de economistas do BC, com uma ficha funcional de 29 anos prestados à instituição. "Os resultados já se refletem nas reuniões do Copom. Por exemplo: o acompanhamento de preços administrados, como as tarifas de ônibus e energia, que têm peso significativo nos índices de inflação, dá condições ao Comitê de traçar novas

estratégias de controle dos preços."

Radiografia do país

Estar de olho nos movimentos da economia no curto prazo é um dos objetivos das representações do Depec. Outro, é montar banco de dados com informações regionais. Alicerçados numa rede confiável de instituições de pesquisas, os núcleos acompanham a variação de preços, o desempenho da indústria, do comércio, do mercado de trabalho, das finanças públicas, indicadores de exportação e importação e até as variações nas intenções de consumo da população, aferidas pelos índices de confiança.

Cada núcleo centra o foco nas especificidades da região que acompanha, sem que isso signifique perder de vista indicadores globais. É esse





olhar especializado que permite detectar a migração industrial para o Nordeste e os reflexos das oscilações

climáticas e da política cambial sobre a economia do Sul. É o que garante também uma imagem mais nítida de uma parte do país que se imaginava quase que dependente economicamente da agropecuária.

Vera Schneider saca rápido de algum arquivo a informação que mostra que vai longe o tempo em que o Rio Grande do Sul era assim. Se a agropecuária representava 21,47% do PIB gaúcho em 1986, perdeu a liderança nas últimas duas décadas para a indústria de transformação que, em 2002, respondeu por 32,61% de toda a riqueza produzida no estado. **S**

Herança da Sumoc

O setor de Economia Real, aquele que analisa todos os segmentos produtivos, acompanha o mercado de trabalho e se encarrega do recenseamento da atividade econômica para fornecer subsídio ao Copom, é apenas a parte mais conhecida das atribuições do Depec. O Departamento tem outras cinco vertentes. Uma delas é a construção e análise do Balanço de Pagamentos do Brasil. A Divisão Monetária e Bancária, por sua vez, constrói os Agregados Monetários, trata do crédito e do sistema bancário e acompanha indicadores dos mercados financeiros: M1, M2, M3 e M4 e base monetária – que na linguagem da instituição representam diferentes conceitos de moeda, conforme a instituição emissora.

Não é só. A Divisão de Finanças Públicas acompanha as despesas e receitas públicas em todas as esferas de governo: federal, estadual e municipal. A Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura trata de analisar todos os indicadores da conjuntura internacional que se refletem na atividade econômica brasileira. Há ainda a Consultoria de Planejamento, unidade de logística que dá suporte em informática e se encarrega de viabilizar a publicação dos relatórios e análises produzidos pelo Depec para atender a entidades de pesquisa e veículos de comunicação e a população em geral.

A atuação do Depec tem se alterado na abrangência, mas não na forma, desde que foi implantado no âmbito da extinta Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 1951. Tinha então o nome de Assessoria de Política Econômica (Apec). Ao ser incorporado pelo Banco Central, quando este foi criado, em 1964, manteve as diretrizes fundamentais que, 54 anos depois, ainda regem a sua atividade – com exceção do período em que suas regionais foram enfraquecidas, a partir do governo Collor e, posteriormente, extintas.

“A mutação acelerada do Brasil e a preocupação do Banco Central em se adaptar e se capacitar para entender melhor o país levaram à descentralização das atividades do Depec”, afirma Fernando Caldas. “Hoje temos uma rede mais capilarizada de informações projetivas com capacidade de avaliar com maior fidelidade os impactos e desdobramentos da política econômica.”

ABRAPP

Fundos: governança corporativa

Os fundos de pensão, que garantem o futuro de mais de 6 milhões de brasileiros, são também os maiores investidores institucionais do país e, como tal, ajudam a impulsionar a economia, contribuindo assim para criar empregos e renda. E o fazem com muita atenção, responsabilidade e ética. Fugindo à condição de fornecedores passivos de capitais, que poderia colocar em risco o patrimônio investido, os fundos acompanham cada vez mais de perto a gestão estratégica das empresas e projetos nos quais têm recursos aportados.

Isso fica claro, por exemplo, nos cuidados que cercam a indicação de seus representantes nos conselhos das companhias abertas com ações negociadas na Bovespa e no próprio número de conselheiros designados. Há experiências bastante positivas da parte da Previ, Petros, Fapes, Valia, Funcesp e Funcef, entre outras fundações que já recolhem resultados favoráveis, mas ninguém duvida que esse é apenas o começo.

Mas há outras evidências da forma responsável com que o patrimônio dos trabalhadores é gerido, consoante as demandas da sociedade brasileira. O mercado acionário deverá ganhar ainda este ano um índice destinado a medir a variação dos preços das ações de empresas que se destacam por seus princípios e práticas de responsabilidade social. Em julho, a Bolsa de Valores colocou em audiência pública o questionário desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas para ajudar a aferir o estágio atual das companhias abertas nesse campo, uma iniciativa que contou com a ajuda da Abrapp, que, refletindo a preocupação de suas associadas com o tema, contribuiu para a formulação de um número expressivo das perguntas que constam do levantamento.

Índices desse tipo já existem e são muito utilizados nos EUA, Austrália e Nova Zelândia. As empresas que deles fazem parte tendem em geral a ser mais valorizadas pelos

investidores, que julgam seus processos produtivos menos vulneráveis às variações climáticas e outros fatores associados à responsabilidade social.

A Abrapp participa desde o início, há um ano, da comissão formada pela Bovespa para elaborar o questionário a ser enviado às empresas. Esse será mais um referencial importante a ser considerado, sendo que a Abrapp e os fundos de pensão sentem-se muito à vontade ao tratar do assunto, uma vez que já em 2003 abraçaram o tema, ao elaborar os critérios mínimos que orientam os investimentos das associadas no que diz respeito à responsabilidade social.

Nesse sentido, espelhando o desejo de suas associadas, a Abrapp tem convênios assinados com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, a Global Compact e outras organizações internacionais voltadas para a conservação do meio ambiente e a valorização da responsabilidade social.

Em mais uma demonstração desse tipo de cuidado, a Abrapp vai promover no dia 29 de agosto, em São Paulo, o seminário Governança Corporativa Aplicada aos Fundos de Pensão. O evento tem como objetivo incentivar o debate sobre o emprego das melhores práticas de governança como elemento de agregação de valor à gestão de nossas entidades.

O seminário vai também mostrar o estágio em que a governança se encontra atualmente nos fundos de pensão, além de sublinhar os sensíveis avanços obtidos por nossas entidades nesse campo em particular.

Pensamentos e práticas envolvendo o melhor da governança corporativa, ao lado de controles internos que se multiplicaram como desdobramento de novas normas e de uma crescente profissionalização de nossos quadros dirigentes, estão presentes hoje em todos os aspectos da vida de nossas associadas.

ACESSE NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO

SINAL 16 ANOS - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço: http://www.sinal.org.br/

SINAL
Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

ÍNDICE SINAL SERVIÇOS INFORMATIVOS CLASSIFICADOS

FELIADOS

Matrícula:
Senha:
Esqueceu a senha?

Busca:
 Portal Sinal
 Google

ACERTO TODAS

BOCA NO TROMBONE

DIRETO NA FONTE

Seu IR
CEF - Seu saldo de FGTS
Detran
Fórum Social Mundial

Quinta, 25 de Novembro de 2004

DESTAQUE

20º ANO do SINAL
Realizada em São Paulo, de 12 a 15/11. Confira os temas que foram debatidos.

Rumo aos 7000+ Você?
Se você ainda não é filiado, a hora é essa. Veja por quê!

CG - Regras
Confira as diversas opiniões do funcionalismo.

ENQUETE

O Conselho Nacional de Justiça, criado com a reforma do Judiciário, conseguirá exercer controle externo sobre este Poder?

SIM
 NÃO

Resultado Parcial | Resultados Anteriores

Macro- Nota Pessoal

Lavagem de Dinheiro

por **sinal** Revista nº11

Colunas

Concurso - BACEN

Homenagem Portal

Correio
Reciba o correio SINAL em sua caixa postal
Nunca

Concluído Internet

www.sinal.org.br

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

